

CCG Participações S.A.

**Demonstrações financeiras individuais
Em 31 de dezembro de 2023
E relatório do auditor independente**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanco patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	8
Demonstração do fluxo de caixa – método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs.
Administradores, Acionistas e Conselheiros da
CCG PARTICIPAÇÕES S.A.
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CCG PARTICIPAÇÕES S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CCG PARTICIPAÇÕES S.A.**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 26 de abril de 2024.

GRUNITZKY - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC PR-004.552/O-5 S/RS
CVM 7862



Assinado de forma
digital por CHARLES
ANDRE
ROVIGO:00625101936

CHARLES ANDRÉ ROVIGO
CRC PR-042.964/O-6 S/RS
CNAI 2908

CCG Participações.

Balanças patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023

(Em Reais – R\$)

		31 de dezembro de				31 de dezembro de	
		2023	2022			2023	2022
	Notas				Notas		
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	201.546,26	589.318,64	Provisão para imposto de renda e contribuição social		3.831,43	-
Aplicações financeiras	6	6.461.116,31	-	Tributos e encargos sociais a recolher		3.208,11	62,74
Tributos a recuperar		108.270,55	34.667,68	Débitos diversos	8	898.805,27	557.056,35
Bens e títulos a receber		-	20,00			905.844,81	557.119,09
		6.770.933,12	624.006,32				
Ativo não circulante				Patrimônio líquido			
Investimentos	7	282.318.505,01	242.939.621,29	Capital social	9	512.209.742,52	510.109.742,52
		282.318.505,01	242.939.621,29	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)		-	2.000.000,00
				Prejuízos acumulados		(224.026.149,20)	(269.103.234,00)
						288.183.593,32	243.006.508,52
Total do ativo		289.089.438,13	243.563.627,61	Total do passivo e patrimônio líquido		289.089.438,13	243.563.627,61

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CCG Participações S.A.
Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023
(Em Reais – R\$)

	Notas	31 de dezembro de	
		2023	2022
(-) Tributos diretos de operações de assistência á saúde		-	(14.934,68)
		-	-
Despesas administrativas		(13.971,90)	(270.692,08)
Resultado de equivalência patrimonial		53.910.822,06	(71.961.681,77)
Outras receitas operacionais	10	5.106.538,24	-
Resultado operacional		59.003.388,40	(72.247.308,53)
Receitas financeiras		344.192,40	321.175,89
Despesas financeiras		(2.877,05)	(3.787.415,57)
Resultado financeiro, líquido	11	341.315,35	(3.466.239,68)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		59.344.703,75	(75.713.548,21)
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(1.713.138,95)	-
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		57.631.564,80	(75.713.548,21)

CCG Participações S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023
(Em Reais – R\$)

	31 de dezembro de	
	2023	2022
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	57.631.564,80	(75.713.548,21)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	57.631.564,80	(75.713.548,21)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CCG Participações S.A.*Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023**(Em Reais – R\$)*

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	140.209.742,52	-	(17.796.877,84)	122.412.864,68
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(75.713.548,21)	(75.713.548,21)
Aumento de capital	369.900.000,00	-	-	369.900.000,00
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	-	2.000.000,00	-	2.000.000,00
Valor justo – combinação de negócios	-	-	(175.592.807,95)	(175.592.807,95)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	510.109.742,52	2.000.000,00	(269.103.234,00)	243.006.508,52
Aumento de capital	2.100.000,00	(2.000.000,00)	-	100.000,00
Lucro líquido do exercício	-	-	57.631.564,80	57.631.564,80
Efeito de incorporação	-	-	(12.554.480,00)	(12.554.480,00)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	512.209.742,52	-	(224.026.149,20)	288.183.593,32

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CCG Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercício findos em 31 de dezembro de 2023

(Em Reais – R\$)

	31 de dezembro de	
	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	57.631.564,80	(75.713.548,21)
Resultado de equivalência patrimonial	(53.910.822,06)	71.961.681,75
Receitas com aplicações financeiras	(344.192,40)	321.175,88
Juros sobre empréstimos e financiamentos e custo de captação	-	3.736.387,04
Outros	-	(59.535,00)
Operações descontinuadas	2.443.688,57	-
	5.820.238,91	246.161,46
(Aumentos) Reduções dos ativos operacionais	(73.582,87)	45.562,41
Créditos tributários e previdenciários	(73.602,87)	(34.667,68)
Bens e títulos a receber	20	(20,00)
Despesas antecipadas	-	80.250,09
Aumentos (Reduções) dos passivos operacionais	348.725,72	(42.407,57)
Tributos e encargos sociais a recolher	3.145,37	(6.131,87)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	3.831,43	-
Outros passivos	341.748,92	(36.275,70)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	6.095.381,76	249.316,30
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aumento de capital	-	(343.675.000,00)
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	(1.399.900,00)	-
Resgates aplicações financeiras	(6.116.923,91)	4.800.468,69
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	933.669,77	-
Pagamento de aquisição de participação em outras empresas	-	(3.500.000,00)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(6.583.154,14)	(342.374.531,31)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital em empresa controlada	100.000,00	369.900.000,00
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	-	2.000.000,00
Empréstimos e financiamentos - principal pago	-	(29.187.791,00)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	100.000,00	342.712.209,00
Aumento/(Diminuição) líquido do caixa e equivalentes de caixa	(387.772,38)	586.993,99
Caixa e equivalentes de caixa – início do exercício	589.318,64	2.325,04
Caixa e equivalentes de caixa – final do exercício	201.546,26	589.318,64
Varição do caixa e equivalentes de caixa	(387.772,38)	586.993,60

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CCG Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em Reais – R\$)

1. Contexto operacional

A **CCG Participações S.A.** (“Compahia”), é uma *holding*, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado e controlada pelo Hospital e Maternidade Maringá S.A., com sede em Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, na Rua Dona Margarida, nº 537, Bairro Navegantes. A Companhia foi constituída em 19 de dezembro de 2018 e tem por objetivo social a atividade de *holding* de instituições não-financeiras, como única e principal atividade.

A composição acionária da Companhia é apresentada conforme disposto a seguir:

Quotista	Quantidade de quotas	(%) Participação
Hospital e Maternidade Maringá S.A.	8.069.268.220	100,00%
	8.069.268.220	100,00%

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 26 de abril de 2024.

2. Outros assuntos

a) Riscos atrelados as mudanças climáticas

A Companhia promove um estudo de riscos e oportunidades climáticas considerando os horizontes temporais de 2030 e 2050, avaliando os principais riscos físicos associados ao aquecimento global e os efeitos das mudanças climáticas no aumento da demanda por serviços de saúde, considerando o curto, médio e longo prazo, objetivando obter melhor compreensão e informações técnicas para auxiliar a tomada de decisão em planos de adaptação às mudanças climáticas.

Entre os aspectos identificados no estudo, destaca-se os possíveis impactos de eventos climáticos extremos nas unidades e instalações e os desdobramentos da mudança do clima na saúde das populações e na busca por atendimento médico.

A Companhia trabalha constantemente para mitigar os riscos à integridade física das unidades, levando em consideração no planejamento de obras e reformas a ocorrência de tempestades, inundações, ciclones e granizo.

Em determinados casos, é avaliada ainda a possibilidade de mudança de endereço de um ativo diante da impossibilidade de adequação da infraestrutura para um atendimento dentro dos padrões de segurança e qualidade estabelecidos. Além disso, as apólices de seguros da Companhia incluem cobertura para eventos extremos.

Além disso, o aumento de casos de doenças respiratórias decorrentes de queda de temperatura ou aumento da poluição, doenças cardiovasculares pelo aumento da temperatura e doenças limitadas a certas áreas geográficas (como a dengue, cujo vetor está relacionado ao acúmulo de água e pode ser impactado pelo regime de chuvas) são monitorados de forma recorrente pela Companhia.

Por fim, são realizados investimentos constantes na diversificação geográfica das unidades assistenciais, em programas de medicina preventiva e em ações educativas e de conscientização nos canais de comunicação.

CCG Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em Reais – R\$)

Até 31 de dezembro de 2023, não foram identificados pela Administração da Companhia impactos relevantes decorrentes de riscos atrelados a mudanças climáticas nas demonstrações financeiras da Companhia, no que tange a: i) *impairment* de ativos não financeiros; ii) instrumentos financeiros; iii) provisões e passivos contingentes; iv) mensurações de valor justo; v) impostos diferidos; vi) julgamentos e estimativas relevantes; ou de quaisquer outros impactos.

b) Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

c) Reestruturação societária

A Companhia realizou os seguintes eventos de reestruturação societária no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 com o intuito de simplificar a estrutura societária e obter maior ganho na sinergia através de redução de custos operacionais por meio de compartilhamento de estruturas administrativas:

(i) *Hospital Centro Clínico Gaúcho Saúde Ltda.*

Em 1 de maio de 2023, foi deliberada e aprovada pelos quotistas das sociedades envolvidas, a operação de incorporação da empresa Hospital Centro Clínico Gaúcho Saúde Ltda. pela controlada Centro Clínico Gaúcho Ltda. nos termos do protocolo e justificação da incorporação, com consequente extinção da sociedade incorporada.

(ii) *Laboratório Marques D’Almeida Ltda.*

Em 1 de maio de 2023, foi deliberada e aprovada pelos quotistas das sociedades envolvidas, a operação de incorporação da empresa Laboratório Marques D’Almeida Ltda. pela controlada Centro Clínico Gaúcho Ltda., nos termos do protocolo e justificação da incorporação, com consequente extinção da sociedade incorporada.

(iii) *Centro Gaúcho de Medicina Ocupacional Ltda.*

Em 02 de outubro de 2023, as controladoras Centro Clínico Gaúcho Participações S.A. e Centro Clínico Gaúcho Ltda. assinaram o Termo de Fechamento da operação de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças com a compradora Premium Saúde Ocupacional Ltda. para a venda da subsidiária integral Centro Gaúcho de Medicina Ocupacional Ltda (CGMO).

CCG Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em Reais – R\$)

Pelos termos acordados, o *enterprise value* da transação foi de R\$ 9.000 (sendo R\$ 2.500 à vista e R\$ 6.500 a prazo), sujeito a mecanismos de ajustes de preço comuns em transações similares.

3. Elaboração e apresentação das Demonstrações financeiras

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.3.

A Companhia, como destacado no Contexto Operacional, é controlada indireta pela Hapvida Participações e Investimentos S.A. que disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras em conformidade com os Pronunciamentos do CPC 36. Desta forma, a Companhia fica dispensada de apresentar as suas demonstrações financeiras consolidadas.

3.2. Conversão de moeda estrangeira

(i) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

(ii) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica “Resultado financeiro”.

3.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

CCG Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em Reais – R\$)

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas, poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido ao tratamento de apuração inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são efetuadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

(j) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle para mensuração do valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, que discute as estratégias para estabelecer a composição da carteira de investimentos no Comitê de Finanças.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou

serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos estabelecidos das normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

4. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

CCG Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em Reais – R\$)

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros afins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação.

b) Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

Os passivos de tributos correntes referente ao exercício corrente e anteriores são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

A Companhia adota a tributação Lucro Real, após o Lucro Líquido, são realizados ajustes conforme legislação vigente para determinação da Base de Cálculo do Lucro Real.

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 mil no

exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente.

Imposto de renda e contribuição social - diferido

Tributos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de impostos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e na lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

CCG Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em Reais – R\$)

Implementação global das regras do modelo “Pilar Dois” da OCDE

Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (“OCDE”) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada “*GloBE effective tax rate*” ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. A aplicação das regras e a determinação do impacto serão provavelmente muito complexos, o que coloca uma série de desafios práticos.

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, “Tributos sobre o Lucro” para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE.

Até a presente data, o Brasil ainda não endossou as regras do modelo Pilar Dois em sua legislação local. A Companhia e suas controladas esperam não ser materialmente afetadas por essas regras.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Não foram realizadas reduções aos ativos fiscais diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

c) Distribuição de dividendos

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou, ainda, quando previsto em Lei.

A distribuição de dividendos para os quotistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no Contrato Social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos quotistas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de	
	2023	2022
Bancos	1.201,63	589.318,64
Aplicações de liquidez imediata	200.344,63	-
	201.546,26	589.318,64

CCG Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em Reais – R\$)

6. Aplicações Financeiras

Valor justo por meio do resultado	Níveis	De 1 a 5 anos	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Fundo de renda fixa abertos (iv)	2	6.461.116,31	6.461.116,31	-
Total		6.461.116,31	6.461.116,31	-
Circulante			6.461.116,31	-
Não Circulante			-	-

Movimento das aplicações financeiras no exercício

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Saldo no início do exercício	-	-
Aplicações	15.311.116,00	-
Resgates	(9.135.430,00)	-
Resultado financeiro	285.430,31	-
Saldo no final do exercício/exercício	6.461.116,31	-

CCG Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em Reais – R\$)

7. Investimento

	Centro Clínico Gaucho	CGMO	Hospital Centro Clínico	Laboratório Marques	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	132.395.707,93	1.575.445,82	92.760.868,22	16.207.599,32	242.939.621,29
Aumento de capital por incorporação	95.372.381,73	-	-	-	95.372.381,73
Acervo líquido incorporado	-	-	(91.585.899,72)	(3.786.482,01)	(95.372.381,73)
Efeito de incorporação das empresas investidas	(21.067.349,02)	-	17.118.987,42	(8.606.118,39)	(12.554.479,99)
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	-	1.399.900,00	-	-	1.399.900,00
Distribuição de dividendos	-	(933.669,77)	-	-	(933.669,77)
Efeito de operação descontinuada	-	(2.443.688,58)	-	-	(2.443.688,58)
Equivalência patrimonial do exercício total	75.617.764,37	402.012,53	(18.293.955,92)	(3.814.998,92)	53.910.822,06
Equivalência patrimonial do exercício	75.617.764,37	402.012,53	(18.293.955,92)	(3.814.998,92)	53.910.822,06
Saldo em 31 de dezembro de 2023	282.318.505,01	-	-	-	282.318.505,01

CCG Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em Reais – R\$)

8. Débitos diversos

	31 de dezembro de	
	2023	2022
Fornecedores	-	3.849,35
Outros débitos a pagar	345.598,27	-
Obrigação contratual (i)	553.207,00	553.207,00
	898.805,27	557.056,35
Circulante	898.805,27	557.056,35
Não circulante	-	-

(i) Saldo a pagar referente a aquisição de carteira da operadora Multiclínicas Serviços de Saúde Ltda. em agosto de 2021.

9. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 512.209.742,52 (R\$ 510.109.742,52 em 31 de dezembro de 2022), composto por 512.209.742 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (510.109.742 em 31 de dezembro de 2022).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a acionista Hospital e Maternidade Maringá S.A., aprovou o aumento de capital de R\$ 2.100.000,00, mediante a subscrição e integralização de 2.100.000 novas ações ordinárias nominativas, estruturais e sem valor nominal.

Ato societário	Qtde de ações	Valor da ação – R\$	Aumento de capital – R\$ mil
Assembleia Geral Extraordinária – 14 de julho de 2023	100.000	1,00	100.000,00
Assembleia Geral Extraordinária – 02 de junho de 2023	2.000.000	1,00	2.000.000,00
	2.100.000		2.100.000,00

10. Outras receitas operacionais

	31 de dezembro de	
	2023	2022
Efeito operações descontinuadas	(1.864.474,65)	-
Alienação de participação societária	6.971.012,89	-
	5.106.538,24	-

CCG Participações S.A.*Notas explicativas às demonstrações financeiras**Exercício findo em 31 de dezembro de 2023**(Em Reais – R\$)***11. Resultado financeiro, líquido**

	31 de dezembro de	
	2023	2022
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	344.192,40	321.175,88
	344.192,40	321.175,88
Despesas financeiras		
Taxas e tarifas bancárias	(2.877,05)	-
Empréstimos e financiamentos	-	(3.736.387,04)
Parcelamento de tributos	-	(8.169,83)
Outras	-	(42.858,70)
	(2.877,05)	(3.787.415,57)
Resultado financeiro, líquido	341.315,35	(3.466.239,69)

* * *

Emanuel Oliveira Jorge de Lima
Gerente de Contabilidade

Thiago Fontelles Freitas
Gerente Contábil – Demonstrações
Financeiras